



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

SÍLVIA URMILA ALMEIDA SANTOS

**O TRATAMENTO DADO PELA MÍDIA BRASILEIRA ÀS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: UM NOVO OLHAR DO REVISOR DE TEXTOS
SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Brasília
2015

SÍLVIA URMILA ALMEIDA SANTOS

**O TRATAMENTO DADO PELA MÍDIA BRASILEIRA ÀS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: UM NOVO OLHAR DO REVISOR DE TEXTOS
SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Revisão de Texto.

Orientadora: Profa. Dra. Edineide dos Santos Silva.

Brasília
2015

SÍLVIA URMILA ALMEIDA SANTOS

**O TRATAMENTO DADO PELA MÍDIA BRASILEIRA ÀS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: UM NOVO OLHAR DO REVISOR DE TEXTOS
SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Revisão de Texto.

Orientadora: Profa. Dra. Edineide dos Santos Silva.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Elda Alves Oliveira Ivo

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Dedico este trabalho a todas/os que se dispõem a ler sintomaticamente não apenas os textos, mas todas as instâncias da vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Lúcia e Carlos. Os dois são sempre o meu porto de partida e o meu porto de chegada, não importa qual seja o destino da aventura. É sempre com eles que posso contar; são sempre eles que me dão o carinho e a força necessária para alcançar e lutar por quaisquer objetivos.

À querida orientadora Edineide dos Santos Silva, pela confiança, paciência, dedicação e orientações carinhosas. Agradeço, especialmente, por ter topado participar desta empreitada.

Ao querido e eterno mestre Manoel Dourado Bastos, que sempre tem lugar cativo em qualquer agradecimento que realizo nos trabalhos acadêmicos da vida. Foi ele quem me ensinou a se posicionar sempre do lado certo, isto é, do lado onde fica o coração.

À querida amiga Rossana Beraldo, que foi minha chefe no Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD-UnB), local em que iniciei minha trajetória como revisora de textos. Foram os ensinamentos dela que preencheram grande parte do que sei sobre a área de revisão e produção de textos.

À grande amiga Marcela Passos, minha querida parceira de revisão no CEAD-UnB. Durante quase cinco anos, dividimos textos, salas, prazos, angústias, mas, também, alegrias e conquistas.

Às professoras e aos professores do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Revisão de Texto do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), pela generosa partilha de importantes e preciosos conhecimentos.

Às/aos colegas de turma, em especial, Carol, Michael, Helena e Eliane.

Ao pessoal da secretaria de curso, pelas orientações gentis em meio a um vai e vem de informações e documentos burocráticos.

Aos colegas de trabalho e aos meus alunos do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar (UnB/UAB), do qual fui tutora e orientadora de monografia entre os anos de 2014 e 2015. Grande parte do que sei em relação ao tema “pessoa com deficiência” deve-se ao fato de ter atuado nesse curso. Agradeço, em especial, ao colega Erivaldo Fernandes Neto.

A todas e todos que me ajudaram, sabendo ou não, em qualquer momento e de qualquer forma.

Diversidade não é peso. Diversidade é riqueza.

Maria Eliane Menezes de Faria, 2004.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal fazer uma análise do tratamento dado às pessoas com deficiência em notícias veiculadas pela mídia brasileira. A reflexão é sobre a importância de o revisor de textos ter uma visão de mundo crítica e apurada, para além do conhecimento sobre as correções gramaticais e a norma padrão da língua portuguesa. O *corpus* da análise aqui proposta é composto por três notícias referentes ao tema “deficiência”, retiradas de dois veículos de comunicação diferentes. O exame crítico das notícias foi feito, principalmente, a partir da abordagem proposta pela Análise Crítica do Discurso (ACD) do linguista inglês Norman Fairclough. Também, utilizou-se da noção de gêneros textuais, tipos textuais e domínios discursivos de Marcuschi (2008); de conceitos de multimodalidade; e de elementos pontuais de estudos relacionados à mídia, ideologia e poder. Concluiu-se, por meio desta pesquisa, que ler “sintomaticamente” um texto significa conscientizar-se acerca da importância de se respeitar a diversidade humana e contribuir para que estigmas e preconceitos relacionados às pessoas com deficiência não sejam mais difundidos e perpetuados.

Palavras-chave: Revisão de textos. Pessoas com deficiência. Análise crítica do discurso.

ABSTRACT

The main objective of this research is to make an analysis of the treatment given to people with disabilities in the news published by the Brazilian media. The primary reflection is about the importance of the text reviser to have a critic vision about the world to beyond the knowledge about the grammatical correction and the standard written form. The *corpus* of the analysis on this proposal is combines three different news referent to “disability” retrieved from two channels of communication. The critic examination of those news was done, mainly, for the approach made by the Critical Discourse Analysis (CDA) of the linguist Norman Fairclough. Also was used some notion of textual genres, textual types and discursive fields from Marcuschi (2008); concepts of multimodality; and some elements of studies related to the media, ideology and power.

Keywords: Recension. People with disability. Critical Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 EMBASAMENTO TEÓRICO	16
1.1 O papel do revisor de textos	16
1.2 Gêneros textuais, tipos textuais e domínios discursivos	19
1.2.1 <i>O gênero notícia</i>	24
1.3 Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva emancipatória	27
1.4 Multimodalidade: repensando a visão tradicional sobre revisão e revisor de textos	29
2 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS	32
2.1 O caminho metodológico percorrido: categorias teóricas e a escolha dos veículos e das notícias	32
2.2 Análise das notícias: o que um texto diz sem talvez querer dizer	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal fazer uma análise do tratamento dado às pessoas com deficiência em notícias veiculadas pela mídia brasileira. A reflexão principal é sobre a importância de o revisor de textos ter uma visão de mundo crítica e apurada, para além do conhecimento sobre as correções gramaticais e a norma padrão da língua portuguesa.

Em relação à natureza das fontes usadas para a abordagem e o tratamento do objeto deste estudo, utilizou-se a pesquisa de cunho bibliográfico, além da pesquisa de campo para coleta de dados. A pesquisa bibliográfica deu-se por meio da utilização de dados e de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores da área, tais como Públio Athayde, Norman Fairclough, Luiz Antônio Marcuschi, Harrison da Rocha, dentre outros.

A análise trará como *corpus* três notícias referentes ao tema “deficiência”, retiradas da versão *online* do periódico brasileiro *Folha de S. Paulo* e do portal de notícias da Globo, *G1*¹. O exame das notícias foi feito, principalmente, à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), sob a perspectiva do linguista inglês Norman Fairclough. A abordagem aqui proposta também se utilizou da noção de gêneros textuais, tipos textuais e domínios discursivos de Marcuschi (2008); de conceitos de multimodalidade; e de elementos pontuais de estudos relacionados à mídia, ideologia e poder.

¹A justificativa da escolha por notícias publicadas pelos veículos em questão será detalhada no capítulo que trata da metodologia e da análise de dados.

Este estudo teve como inspiração dois materiais produzidos pela Escola de Gente – Comunicação em Inclusão², são eles: “Manual da mídia legal 2: Comunicadores pela Educação”, de 2004, e “Manual da mídia legal 5: Comunicadores(as) pela Não-discriminação”, de 2008³. Essas duas publicações abordam, de forma geral, o tema “diversidade e não discriminação”, tendo como objetivo principal “denunciar” formas sutis de discriminação veiculadas pela mídia, com base em qualquer diferença ou diversidade (física, sexual, de gênero, de raça etc.).

Cada “Manual da mídia legal” é construído durante um “Encontro da Mídia Legal”, em que universitários oriundos de diversos cursos são capacitados como “Agentes da Educação na Diversidade”, visando ao compromisso de multiplicar o que aprenderam no encontro em qualquer espaço profissional e/ou social. Nesses encontros, universitários e especialistas no assunto em discussão analisam matérias e reportagens veiculadas por jornais e revistas nacionais, dedicando-se a qualificar a mídia brasileira no que se refere à abordagem de temas relacionados à inclusão, diversidade e não discriminação. Tais análises compõem parte do conteúdo presente nesses “Manuais da mídia legal”.

A primeira vez em que tive contato com essas publicações foi em 2009, na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), quando, até então, trabalhava

²A Organização Não Governamental (ONG) Escola de Gente – Comunicação em Inclusão – trabalha para que as sociedades sejam inclusivas e sustentáveis também para as quase um bilhão de pessoas com deficiência que vivem no mundo, cerca de 80% em regiões de pobreza (ONU)”. Informação disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/escola-de-gente/apresentacao/>>. Acesso em: 31 mar. 2015. Segundo informações disponibilizadas no prefácio da publicação “Manual da mídia legal 2: Comunicadores pela Educação”, de 2004, a “Escola de Gente tem se dedicado, ainda, a qualificar a mídia brasileira e latino-americana no conceito de inclusão, a partir, sempre, dos desafios enfrentados por pessoas com deficiência para se tomarem sujeitos de direitos” (p. 6).

³Ambas as publicações (dentre outras do mesmo gênero) estão disponíveis também na versão *online*, para *download*, neste endereço eletrônico: <<http://www.escoladegente.org.br/publicacoes/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

como jornalista. A PFDC é um órgão do Ministério Público Federal (MPF), a quem cabe “dialogar e interagir com órgãos de Estado, organismos nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil, persuadindo os poderes públicos para a proteção e defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos”⁴.

Quando fui contratada, já havia atuado em movimentos sociais diversos, em especial, relacionados à reforma agrária e ao feminismo. No entanto, tinha total desconhecimento em relação a movimentos de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Esse desconhecimento incluía não saber empregar nas notícias que eu produzia para o site e informativos da instituição a terminologia adequada para se referir às pessoas com deficiência, conforme recomendação presente, por exemplo, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, de 2006, que o Brasil ratificou com valor de emenda constitucional em 2008⁵.

A primeira notícia que produzi para um informativo da PFDC, sobre acessibilidade de pessoas com deficiência, foi “barrada” pela minha então supervisora, jornalista e revisora de textos, por motivos de terminologia inadequada: em vez de empregar em determinado período (aliás, em vários!) “pessoas com deficiência”, utilizei “pessoas portadoras de deficiência”. Na época, “verde como uma manga no pé”, não compreendia qual era a diferença entre os dois termos. Pensava como o senso comum: “que chatice essa coisa de ser politicamente correto!”, até que fui apresentada a esses dois materiais da Escola de Gente e me familiarizando com a linguagem empregada na área de direitos humanos. Também fui compreendendo⁶,

⁴Informação disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/a-procuradoria-federal/apresentacao-1>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

⁵Documento disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 jan. 2015.

⁶Aqui, devo, também, um especial agradecimento ao meu então colega de baia da PFDC, Leonardo Filho, que muito me ensinou sobre os direitos da pessoa com deficiência visual.

aos poucos, como um texto pode ser, além de um “emaranhado de palavras e períodos”, uma armadilha ideológica repleta de significados implícitos.

Logo após sair da PDFC, fui trabalhar, em 2010, como revisora de textos no Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD-UnB), local em que permaneci até o mês de março de 2015. O CEAD-UnB é um órgão, como o próprio nome sugere, da Universidade de Brasília, que tem como função “desenvolver e viabilizar ações educativas a distância em diversas áreas do conhecimento”⁷. Minha atuação no CEAD-UnB estava voltada para a revisão de materiais didáticos, impressos e *online*, produzidos para cursos de extensão e especialização a distância.

Ao longo da minha trajetória no CEAD-UnB, revisei textos científicos de todos os tamanhos e formatos, dos mais variados assuntos. Em alguns deles (quando o curso para o qual o material estava sendo produzido envolvia, de alguma forma, a temática de direitos humanos), notava que o(a) autor(a) tinha boa intenção, mas, até mesmo por falta de conhecimento específico na área, utilizava inadequadamente algumas terminologias relacionadas às pessoas com deficiência, por exemplo, tal como acontecia comigo lá atrás. Nesses momentos, sentia um orgulho e ânimo imenso de poder sugerir para o(a) autor(a) que trocasse o termo utilizado por outro mais adequado, da mesma forma como aprendi anteriormente na minha experiência como jornalista na PFDC. Foi, então, que percebi e entendi definitivamente a importância de o revisor ter uma visão crítica e ampla diante do texto a ser revisado (e não somente o autor!), para além do conhecimento sobre as correções gramaticais e a norma padrão da língua portuguesa.

⁷Informação disponível em: <<http://www.cead.unb.br/index.php/conhecacead.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Desta forma, diferentemente do público-alvo visado pelos manuais da Escola de Gente, isto é, os jornalistas, este trabalho tem como foco o revisor de textos, tendo em vista que este profissional pode “salvar” o rumo de uma publicação. Ao sugerir a um escritor ou a um jornalista desavisado que troque expressões inadequadas por outras mais adequadas, por exemplo, ele não está atuando apenas em um nível microtextual, mas muito mais que isso. Está, antes de tudo, desfazendo estigmas e evitando que um texto diga o que talvez não quis dizer.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa é, conforme já dito anteriormente, fazer uma análise do tratamento dispensado às pessoas com deficiência em notícias veiculadas pela mídia brasileira. Como objetivos secundários, mas não menos importantes, tem-se a pretensão de desvelar a estrutura linguística e o aspecto discursivo do gênero textual notícia, a partir do *corpus* selecionado para compor esta pesquisa, bem como vislumbrar, sob o viés da Análise Crítica do Discurso (ACD) do linguista inglês Norman Fairclough, a articulação entre o fenômeno linguístico formal (notícias) e os processos ideológicos de sua construção – e a contribuição destes para a naturalização de crenças e estigmas sobre as pessoas com deficiência.

Para alcançar tais objetivos, procedeu-se da seguinte forma: elegeu-se, primeiramente, um portal de notícias e um periódico brasileiro, em sua versão *online*, como base para a pesquisa de notícias relacionadas à temática “deficiência”. Após a seleção das notícias, cujo critério será detalhado no capítulo que trata da metodologia e da análise de dados, iniciou-se o exame crítico do material em questão, tendo como suporte as referências bibliográficas norteadoras deste trabalho e o método de pesquisa eleito e aplicado. Cabe ressaltar, novamente, que todos os passos seguidos nessa fase serão pormenorizadamente detalhados mais à frente.

Para finalizar esta introdução, é importante falar que este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro traz os pressupostos teóricos utilizados nesta pesquisa. Nele, discorreremos, brevemente, sobre conceitos e teorias fundamentais para a elaboração deste trabalho. Já o segundo, trata da metodologia empregada, bem como expõe a análise de dados, isto é, o exame crítico das notícias selecionadas à luz dos conceitos teóricos expostos no primeiro capítulo. Por fim, o terceiro e último capítulo traz os resultados alcançados e as conclusões as quais chegou-se com esta pesquisa.

1 EMBASAMENTO TEÓRICO

Este capítulo traz os pressupostos teóricos utilizados nesta pesquisa. Nele, discorreremos, brevemente, sobre conceitos e teorias fundamentais para a elaboração deste trabalho: o papel do revisor de textos; noção de gêneros textuais, tipos textuais e domínios discursivos de Marcuschi (2008); teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD) sob a perspectiva do linguista inglês Norman Fairclough; e conceitos de multimodalidade aplicados à reflexão sobre a atividade de revisão de textos na atualidade.

1.1 O papel do revisor de textos

Segundo o dicionário Miniaurélio⁸ da língua portuguesa (2008, p. 708), revisar significa “ler (texto a ser publicado, etc.) procurando os erros e assinalando-os”. Também de acordo com esse dicionário, o revisor é “que revê; aquele que se ocupa em revisão” (MINIAURÉLIO, 2008, p. 708). O teórico Públio Athayde (2011, p. 11) amplia esses dois conceitos, definindo, primeiramente, a tarefa de revisão de textos “como o conjunto das interferências não autorais no texto visando sua melhoria”. Ainda de acordo com esse autor, a pessoa encarregada dessa tarefa é chamada de revisor de textos, “cujo papel é verificar, com o editor da matéria, orientador ou coautores, se há erros de ortografia, se a matéria está corretamente direcionada aos fatos citados, entre outros” (ATHAYDE, 2011, p. 11).

⁸O dicionário Miniaurélio utilizado nesta pesquisa corresponde à 6ª edição, revista e atualizada, do Minidicionário Aurélio, da língua portuguesa, contendo mais de 30 mil verbetes e locuções.

Apesar de haver nítida ampliação dos conceitos de revisão e de revisor de textos em Públio Athayde, em comparação ao que traz o dicionário Miniaurélio da língua portuguesa, podemos notar que as definições trazidas por esse autor ainda estão relacionadas essencialmente à noção tradicional tanto da atividade de revisão quanto da tarefa do revisor de textos, calcadas na modalidade padrão escrita. Nessa visão tradicional, revisar resume-se a observar e apontar “erros” gramaticais, sendo o revisor de textos uma espécie de “inspetor” da língua, aquele que trata de incorreções ortográficas, lidando basicamente com textos da modalidade escrita.

Em direção contrária, Rocha (2012, p. 7), por exemplo, em sua tese de doutorado intitulada “Um Novo Paradigma de Revisão de Texto: Discurso, Gênero e Multimodalidade”, questiona “a abordagem da Revisão de Texto tradicional preocupada com a mancha gráfica, calcada na modalidade padrão escrita, que desconsidera outras formas de representação”, buscando desvelar, ao longo de sua pesquisa, as práticas discursivas que sustentam a visão tradicional de revisar textos. Para tanto, o autor discorre sobre como o conceito de texto, na modernidade, mudou, e de como neste contexto de mudança a “valorização exagerada da escrita como única forma prestigiada de comunicação na sociedade” (ROCHA, 2012, p. 12) pode e deve ser questionada.

Também nesse sentido, a autora Risoleide Oliveira (2010), em seu livro “Revisão de textos: da prática à teoria”, procura rever os dizeres tradicionais sobre revisão de textos:

Em uma perspectiva tradicional, a revisão é vista como uma etapa subsequente à produção escrita, principalmente de alunos, com o objetivo principal de corrigir o texto e detectar transgressões nas convenções da norma culta. Tal concepção é pautada no senso comum de que revisar resume-se a corrigir ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, de acordo com as normas apontadas em gramáticas, dicionários e manuais,

sendo a revisão tratada como uma das etapas de reescritura em que se focalizam os aspectos estruturais do texto (OLIVEIRA, 2010, p. 17).

Diante disso, cada vez mais os estudos linguísticos têm reafirmado a importância de desenvolver um aparato teórico-metodológico que possibilite estudar não apenas os textos em si, mas também sua interação com as estruturas sociais. Sob o ponto de vista da proposta da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough, isso significa dizer que “os textos contêm *traços e pistas*⁹ (Fairclough, 1992, p. 100) de rotinas sociais complexas” (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005, p. 82), isto é,

a ACD investiga tais traços e pistas com o objetivo de tornar visíveis as relações entre linguagem e outras práticas sociais, muitas vezes naturalizadas e opacas e, portanto, muitas vezes não percebidas pelos indivíduos (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005, p. 82).

Além da abordagem contextualizada do texto, os estudos vinculados à ACD voltam-se também para a importância do entendimento sobre gêneros textuais, com o objetivo de mostrar que, ao se produzir um discurso, as escolhas lexicais não são feitas aleatoriamente, mas surgem pelas exigências relativas ao gênero textual e de acordo com as condições em que o discurso está sendo realizado (não podemos perder de vista que a atividade de revisão de textos lida incansavelmente com gêneros e contextos sociais variados).

Todo esse aparato teórico-metodológico, conforme dito anteriormente, tem como objetivo superar aquele “velho” entendimento de que texto é apenas um mero produto formal da linguagem humana, ou seja, destaca como as estruturas sociais

⁹Grifo dos autores.

moldam e determinam os textos e como estes atuam sobre as estruturas sociais. Para qualquer estudioso da língua, inclusive o revisor de textos, o domínio desta visão crítica e multimodal é de fundamental importância para o desenvolvimento de seu trabalho.

O revisor de texto deve ter uma visão crítica diante do gênero textual a ser revisado e levar em consideração, não só os aspectos verbais escritos, e, ainda, outros recursos semióticos (não verbais) também responsáveis pela construção de sentido e de efeitos discursivos em contextos sociais (ROCHA, 2012, p. 20).

1.2 Gêneros textuais, tipos textuais e domínios discursivos

De acordo com Marcuschi (2008, p. 147), “o estudo dos gêneros textuais não é novo e, no Ocidente, já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática iniciou-se em Platão”. Segundo esse teórico, o que se tem hoje é uma nova visão do mesmo tema, caracterizada pela diversidade das fontes e perspectivas de análise.

No passado, a expressão “gênero” esteve sempre atrelada aos gêneros literários, cuja análise, conforme dito anteriormente, se inicia com Platão para se firmar com Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, até os primórdios do século XX. Atualmente, gênero textual é “facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias” (SWALES, 1999, p. 33 apud MARCUSCHI, 2008, p. 147). Assim, é nesse sentido que se utiliza a noção de gênero textual em várias áreas de pesquisa, como na sociologia, antropologia,

retórica etc., o que torna o seu estudo um empreendimento cada vez mais multidisciplinar.

Na linguística, área em que nos interessa analisar a noção de gênero textual, o “trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas” (MARCUSCHI, 2008, p. 149). Isso significa dizer que, de modo geral, pode-se entender gênero textual, sob o viés linguístico, como uma espécie de “modelo organizador” de toda a comunicação humana.

Nós aprendemos a moldar nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível (BAKTHIN, 2003, p. 283).

Nesse mesmo sentido, uma das teses centrais defendidas por Marcuschi (2008) em suas obras é a de que é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, bem como não se comunicar verbalmente por algum texto. Segundo o autor, “toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. Em outros termos, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Em última instância, isso significa dizer que, quando dominamos um gênero textual, não dominamos apenas uma forma linguística, mas antes, e sobretudo, uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em variadas situações sociais particulares.

Para deixar mais claro o que são gêneros textuais, Marcuschi (2008) discorre também sobre o conceito de tipos textuais e domínios discursivos, já que

ambos, raramente, segundo o autor, são definidos de modo explícito. O primeiro refere-se a uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição. A rigor, pode-se dizer que tipos textuais são modos textuais, isto é, caracterizam-se pelas sequências linguísticas e abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: injunção, descrição, exposição, argumentação, narração. Já o conceito de domínios discursivos, que mais interessa a esta pesquisa, “indica *instâncias discursivas*¹⁰ (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.)” (MARCUSCHI, 2008, p. 155), não abrangendo um gênero em particular, mas dando origem a vários deles. Em último caso, os domínios discursivos constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais, podendo ser entendidos como uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jornalística, pedagógica, familiar etc.).

Como podemos notar, com base nas definições acima, os gêneros textuais estão “enquadrados” nos domínios discursivos, estabelecendo, desta forma, grande relação entre si, pois é justamente pelas variadas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que a produção textual feita para um jornal religioso não deverá ser a mesma para um jornal de entretenimento, por exemplo. Para compreendermos melhor como “os domínios discursivos operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros” (MARCUSCHI, 2008, p. 194), visualizemos o quadro 1 a seguir.

¹⁰Grifo do autor.

Quadro 1 – Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades

DOMÍNIOS DISCURSIVOS	MODALIDADES DE USO DA LÍNGUA	
	ESCRITA	ORALIDADE
Instrucional (científico, acadêmico e educacional)	artigos científicos; verbetes de enciclopédias; relatórios científicos; notas de aula; nota de rodapé; diários de campo; teses; dissertações; monografias; glossário; artigos de divulgação científica; tabelas; mapas; gráficos; resumos de artigos de livros; resumos de livros; resumos de conferência; resenhas; comentários; biografias; projetos; solicitação de bolsa; cronograma de trabalho; organograma de atividade; monografia de curso; monografia de disciplina; definição; autobiografias; manuais de ensino; bibliografia; ficha catalográfica; memorial; curriculum vitae; parecer técnico; verbete; parecer sobre tese; parecer sobre artigo; parecer sobre projeto; carta de apresentação; carta de recomendação; ata de reunião; sumário; índice remissivo; diploma; índice onomástico; dicionário; prova de língua; prova de vestibular; prova de múltipla escolha; diploma; certificado de especialização; certificado de proficiência; atestado de participação; epígrafe	conferências; debates; exposições; comunicações; aulas participativas; aulas expositivas; entrevistas de campo; exames orais; exames finais; seminários de iniciantes; seminários avançados; seminários temáticos; colóquios; prova oral; arguição de tese; arguição de dissertação; entrevista de seleção de curso; aula de concurso; aulas em vídeo; aulas pelo rádio; aconselhamentos
Jornalístico	editoriais; notícias; reportagens; nota social; artigos de opinião; comentários; jogos; histórias em quadrinho; palavras cruzadas; crônica policial; crônica esportiva; entrevistas jornalísticas; anúncios classificados; anúncios fúnebres; cartas do leitor; carta ao leitor; resumo de novelas; reclamações; capa de revista; expediente; boletim do tempo; sinopse de novela; resumo de filme; cartoon; caricatura; enquête; roteiros; errata; charge; programação semanal; agenda de viagem	entrevistas jornalísticas; entrevistas televisivas; entrevistas radiofônicas; entrevista coletiva; notícias de rádio; notícia de tv; reportagens ao vivo; comentários; discussões; debates; apresentações; programa radiofônico; boletim do tempo
Religioso	orações; rezas; catecismo; homilias; hagiografias; cânticos religiosos; missal; bulas papais; jaculatórias; penitências; encíclicas papais	sermões; confissão; rezas; cantorias; orações; lamentações; benzeções; cantos medicinais
Saúde	receita médica; bula de remédio; parecer médico; receitas caseiras; receitas culinárias	consulta; entrevista médica; conselho médico
Comercial	rótulo; nota de venda; fatura; nota de compra; classificados; publicidade; comprovante de pagamento; nota promissórias; nota fiscal; boleto; boletim de	publicidade de feira; publicidade de TV; publicidade de rádio; refrão

	preços; logomarca; comprovante de renda; carta comercial; parecer de consultoria; formulário de compra; carta-resposta; comercial; memorando; nota de serviço; controle de estoque; controle de venda; copyright; bilhete de avião; bilhete de ônibus; carta de representação; certificado de garantia; atestado de qualidade; lista de espera; balanço comercial	de feira; refrão de carro de venda de rua
Industrial	instruções de montagem; descrição de obras; código de obras; avisos; controle de estoque; atestado de validade; manuais de instrução	ordens
Jurídico	contratos; leis; regimentos; estatutos; certidão de batismo; certidão de casamento; certidão de óbito; certidão de bons antecedentes; certidão negativa; atestados; certificados; diplomas; normas; regras; pareceres; boletim de ocorrência; edital de convocação; edital de concurso; aviso de licitação; auto de penhora; auto de avaliação; documentos pessoais; requerimento; autorização de funcionamento; alvará de licença; alvará de soltura; alvará de prisão; sentença de condenação; citação criminal; mandado de busca; decreto-lei; medida provisória; desmentido; editais; regulamentos; contratos; advertência	tomada de depoimento; arguição; declarações; exortações; depoimento; inquérito judicial; inquérito policial; ordem de prisão
Publicitário	propagandas; publicidade; anúncios; cartazes; folhetos; logomarcas; avisos; necrológicos; outdoors; inscrições em muros; inscrições em banheiros; placas; endereço postal; endereço eletrônico; endereço de internet	publicidade na TV; publicidade no rádio
Lazer	piadas; jogos; adivinhas; histórias em quadrinhos; palavras cruzadas; horóscopo	fofocas; piadas; adivinhas; jogos teatrais
Interpessoal	cartas pessoais; cartas comerciais; cartas abertas; cartas do leitor; cartas oficiais; carta-convite; cartão de visita; e-mail; bilhetes; atas; telegramas; memorandos; boletins; relatos; agradecimentos; convites; advertências; informes; diário pessoal; aviso fúnebre; volantes; lista de compras; endereço postal; endereço eletrônico; autobiografia; formulários; placa; mapa; catálogo; papel timbrado	recados; conversações espontâneas; telefonemas; bate-papo virtual; convites; agradecimentos; advertências; avisos; ameaças; provérbios
Militar	ordem do dia; roteiro de cerimônia oficial; roteiro de formatura; lista de tarefas	ordem do dia

Ficcional	épica - lírica - dramática; poemas diários; contos; mito; peça de teatro; lenda; parlendas; fábulas; histórias em quadrinhos; romances; dramas; crônicas; roteiro de filme	fábulas; contos; lendas; poemas; declamações; encenações
------------------	--	--

Fonte: Marcuschi (2008, p. 194-196).

Com base no quadro acima, podemos notar como os gêneros textuais são padrões comunicativos socialmente utilizados, situados em diferentes domínios discursivos. Tendo como base uma comparação um pouco banal, podemos dizer que os gêneros textuais são como as roupas que utilizamos no dia a dia e os domínios discursivos as diferentes situações sociais/lugares/eventos que vivenciamos no cotidiano, durante toda a nossa vida. Esta comparação nos dá uma noção mais ou menos clara do que convém ou não em determinados momentos, no âmbito das atividades comunicativas.

No próximo tópico, tendo em vista o objeto de estudo desta pesquisa, falaremos especificamente sobre o gênero textual notícia, que está situado no âmbito do domínio discursivo jornalístico.

1.2.1 O gênero notícia

Dentro da cadeia de gêneros textuais, a notícia está situada no domínio discursivo jornalístico (ou comunicações públicas), conforme Marcuschi (2008, p. 197) e visualização da figura 1 a seguir.

Figura 1 – Distribuição dos textos de uso falados e escritos no contínuo genérico



Fonte: Marcuschi (2008, p. 197).

Por sua vez, Baroni et al. (2013, p. 9) definem que:

O gênero textual notícia caracteriza-se como a forma de relatar um fato, tal forma deve seguir um padrão para que seja definida como tal; precisa ser clara, concisa e isenta de opiniões pessoais. A notícia é a transmissão de uma informação, de um fato atual e real, esse fato precisa ser relevante, e escrita com uma linguagem simples e direta.

É importante destacar que esse padrão sobre o qual Baroni et al. (2013) discorrem pode variar, pois a notícia pode assumir conteúdo e forma que se diferem quanto ao suporte (mídia impressa, internet, rádio, televisão etc.).

Ao longo do tempo, e de forma gradativa, o gênero textual notícia foi se adaptando aos avanços tecnológicos e às necessidades vigentes de cada época. Primeiramente, teve de acompanhar a evolução do rádio, depois da televisão e,

atualmente, da internet. Em relação a esses suportes, podemos nos arriscar e dizer que a internet foi talvez o que mais exigiu transformação no gênero textual notícia, dada a sua possibilidade de reunir diversas ferramentas e tecnologias de informação e comunicação (TICs) em um só espaço.

Observou-se que na *web* a notícia passou a ser difundida por meio da hipertextualidade, o que levou o gênero a agrupar em um único espaço a notícia que pode ser escrita e também falada e assistida (multimídia), além da possibilidade da leitura dar-se por meio de *links* que levam o leitor a outros conteúdos diversos (BARONI et al., 2013, p. 9).

Apesar da diversidade de suportes, como vimos anteriormente, há mais ou menos um padrão canônico estabelecido pelos manuais de redação dos jornais brasileiros de maior circulação para a produção da redação de uma notícia. Tomemos, como exemplo, o “Manual da Redação da Folha de S. Paulo”, que diz que toda notícia deve trazer em seu início a informação que mais interessa ao leitor e ao debate público e, ainda, “contextualizar os fatos e expô-los objetiva e criticamente, com exatidão, clareza, concisão, didatismo e uso correto da língua” (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 28).

Essa informação que mais interessa ao leitor e ao debate público é comumente conhecido por *lide*, que “tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. (...). O texto do *lide* dependerá sobretudo da própria argúcia do jornalista para descobrir, no conjunto de sua apuração, aquilo que é o ponto mais forte” (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 28-29). Além do *lide*, outros elementos constituem o gênero textual notícia: manchete ou título principal; título auxiliar (também conhecido como “*sutiã*” entre os jornalistas), que funciona como um complemento do título principal, a

fim de tornar a leitura do texto mais atrativa; e corpo do texto, que é a informação propriamente dita, isto é, a exposição dos fatos.

No entanto, sabemos que, apesar da isenção e neutralidade que os meios de comunicação pregam na teoria, como elementos essenciais à produção de notícia, na prática a realidade é outra. Os estudos de Perseu Abramo, por exemplo, sempre tiveram como foco desvelar a autoproclamada “objetividade” da imprensa, mostrando que se trata de uma “falsa objetividade” e situando “o jornalismo praticado pelo mercado como um instrumento de controle político das elites, contrário aos interesses maiores do povo” (ABRAMO, 2003, p. 17). De igual forma, estudos relacionados ao campo da semiótica social têm se dedicado a identificar e expor à crítica ideologias e formas de poder propagadas pela mídia sob a alcunha de “neutralidade” e “imparcialidade”. A teórica Astrid Sgarbieri, por exemplo, diz ser fundamental identificar aspectos ideológicos no discurso da imprensa, “pois a comunicação de massa tem impacto central na análise da ideologia” (SGARBIERI, 2005, p. 151-152).

A noção de que ao usarmos a língua, neste caso específico, por meio de textos, estamos nos posicionando ideologicamente remonta à proposta feita pelo teórico inglês Norman Fairclough, em sua teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD), da qual falaremos mais detalhadamente no próximo tópico desta seção.

1.3 Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva emancipatória

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem interdisciplinar do estudo dos textos, que considera a linguagem como uma forma de prática social e tem como objetivo principal desvelar os fundamentos ideológicos do discurso. Para esta

pesquisa, a abordagem está sendo realizada sob a perspectiva da ACD desenvolvida nos trabalhos associados ao linguista inglês Norman Fairclough.

A ACD representa uma alternativa multidisciplinar de estudos de linguagem e práticas sociais, que investiga fenômenos discursivos, especialmente aqueles ligados às relações de poder e ideologia. A partir desta perspectiva, portanto, podemos notar que a ACD cultiva um aspecto emancipatório, já que busca conscientizar os indivíduos a respeito das “armadilhas” ideológicas do discurso.

A questão emancipatória tem uma função muito importante em sua intenção de alertar os indivíduos sobre possíveis mudanças sociais que resultam do poder constitutivo e ideológico do discurso, mudanças muitas vezes para o benefício de uns, mas em detrimento de outros (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005, p. 83).

Esse discernimento que a ACD realiza das conexões entre a linguagem e outros elementos da vida social que são “opacas” é fundamental para a realização desta pesquisa, já que esta abordagem busca analisar o tratamento dado às pessoas com deficiência pelo jornalismo brasileiro, enquanto gênero textual (notícia) e discurso materializador de representações ideológicas e de senso comum sobre o tema “deficiência/pessoas com deficiência”.

De acordo com Fairclough (2001, p. 117), “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’”. Eficazes porque tendem a perpetuar relações assimétricas entre classes sociais, homens e mulheres, pobres e ricos etc., favorecendo a detenção de poder por parte de uma minoria. Como essas relações assimétricas são históricas e perpassam toda e qualquer sociedade, ninguém está “livre” de produzir e reproduzir discursos preconceituosos e recheados de estereótipos. Segundo preconiza a ACD

de Fairclough, é importante lembrar “que há sempre uma determinação histórica que relaciona o mundo com a linguagem e é por meio dessa perspectiva que podemos observar a influência das coerções sociais na construção do sentido” (SGARBIERI, 2005, p. 148).

Como podemos notar, as convenções discursivas tendem a traduzir e perpetuar relações sociais naturalizadas pelo senso comum. No entanto, da mesma forma, se levarmos em consideração o caráter construído dessas relações, poderemos reconhecer também a possibilidade de des/re/construção que tais espaços proporcionam. Assim, neste âmbito, o discurso aparece como o lugar por excelência da luta hegemônica, em que os significados sociais podem ser revisados e subvertidos (FUNCK; WILDHOLZER, 2005). E é nesse sentido que esta pesquisa, por meio da ACD e dos pressupostos teóricos explicitados nesta seção, busca refletir sobre o papel do revisor, isto é, como um “segundo olhar” sobre um texto “desatento”, neste contexto, em relação ao tema “deficiência/pessoas com deficiência”, que pode ler “sintomaticamente” (conforme veremos no próximo capítulo) e reajustar arranjos sociais abusivos/assimétricos que tais textos por ventura encobrem, propositalmente ou não.

1.4 Multimodalidade: repensando a visão tradicional sobre revisão e revisor de textos

Defendemos, neste trabalho, que não é suficiente para um revisor de textos, no âmbito de suas atividades profissionais, o domínio apenas das normas gramaticais de uma determinada língua. Isso porque um texto, em suas diversas formas e formatos, pode se utilizar das mais variadas estratégias semióticas para (re)construir sentidos. Nesta perspectiva, faz-se necessário falar sobre

multimodalidade, conceito que brota da teoria da semiótica, mais especificamente, da semiótica social.

De acordo com Rocha (2012, p. 7), o conceito de multimodalidade é fundamental para se repensar a revisão tradicional grafocêntrica, isto é, centrada na variedade padrão escrita: “A noção de linguagem não pode estar associada apenas à variedade padrão escrita. (...). O discurso multissemiótico foi valorizado e muitos gêneros textuais passaram a ter características mais multimodais”. Na prática, isso significa dizer que o revisor de textos deve levar em consideração não apenas os aspectos verbais escritos, mas também outros recursos semióticos – não verbais – também responsáveis pela construção de sentidos (ROCHA, 2012).

Mas, afinal, o que é multimodalidade? Segundo Herais (2005), em termos gerais, a multimodalidade pode ser entendida como a copresença de diversos modos de linguagem, sendo que estes interagem na construção dos significados da comunicação social. Ainda de acordo com essa autora, “o que é importante nessa visão de uso de linguagens é que os modos funcionam em conjunto, sendo que cada modo contribui de acordo com a sua capacidade de fazer significados” (HEMAIS, 2005, p. 1).

A perspectiva da teórica acima está apoiada nos estudos e nas contribuições de Kress (2010), para quem a comunicação humana é, por natureza, essencialmente multimodal, tendo em vista que os modos semióticos não podem funcionar separadamente, pelo contrário, interagem e realizam significados juntos, cada qual com seu potencial semiótico. Considerando as ideias de Kress (2010), e tomando como exemplo uma notícia de jornal, que muito interessa a esta pesquisa, podemos dizer que o texto verbal explicita os eventos por meio de escolhas lexicais e gramaticais, e as imagens escolhidas para ilustrar a notícia fornecem ao leitor a

visualização concreta de lugares, objetos e/ou personagens destacados no texto escrito. Nesse caso, juntos, imagem e texto potencializam o efeito discursivo.

A partir do conceito de multimodalidade, Rocha (2012) discute os aspectos referentes à ideia de revisão crítica e multimodal. Para o autor, é impossível revisar um texto “prestando atenção somente na língua escrita, pois um texto multimodal deve ser lido em conjunção com todos os recursos semióticos dessa produção” (ROCHA, 2012, p. 227). O revisor de textos que trabalha em uma redação de jornal, por exemplo, deve sugerir (ou rechaçar) imagens que possam complementar e realçar (ou que vão totalmente contra) o sentido do texto. É neste âmbito, segundo Rocha (2012), que se dá a revisão crítica e multimodal.

Veremos isso mais claramente no próximo capítulo, que trata da metodologia empregada neste trabalho e da análise das notícias que compõem o *corpus* desta pesquisa.

2 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, segundo já explicitado anteriormente, falaremos sobre a metodologia empregada na seleção dos dados, bem como apresentaremos a análise destes, isto é, o exame crítico das notícias selecionadas à luz do aporte teórico utilizado neste trabalho.

2.1 O caminho metodológico percorrido: categorias teóricas e a escolha dos veículos e das notícias

Conforme exposto na introdução, em relação à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e o tratamento do objeto deste estudo, empregou-se a pesquisa de cunho bibliográfico, além da pesquisa de campo para coleta de dados. A pesquisa bibliográfica deu-se por meio da utilização de dados e de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores da área, tais como Públio Athayde, Norman Fairclough, Luiz Antônio Marcuschi, Harrison da Rocha, dentre outros. Neste caso, trabalhou-se a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos lidos e pesquisados.

As notícias selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa foram retiradas da versão *online* do periódico brasileiro *Folha de S. Paulo* e do portal de notícias da Globo, *G1*. A seleção de tais veículos deve-se, principalmente, ao seu alcance dentro da população nacional, conforme explicaremos a seguir. Antes disso, obviamente, faz-se necessário ressaltar que quantidade nem sempre quer dizer qualidade. Aqui, está em questão, em um primeiro momento, justificar o aspecto quantitativo da pesquisa.

Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC)¹¹, de 2013, entidade nacional e oficial, sem fins lucrativos, responsável pela auditoria de circulação dos principais jornais e revistas brasileiros, considerado uma das principais referências neste segmento, a *Folha de S. Paulo* ocupa o segundo no *ranking* de jornais de maior circulação paga no Brasil. Tal averiguação foi feita pelo IVC com base na circulação média diária dos periódicos durante o período de janeiro a dezembro de 2012¹².

De acordo com esses dados, a *Folha de S. Paulo* alcançou a média de 294.811 exemplares diários vendidos por dia, em 2012. É importante ressaltar que a circulação média diária dos periódicos representa efetivamente o número de exemplares que chegaram às mãos dos leitores, seja por meio de assinaturas, distribuição direcionada ou venda avulsa. Assim, a circulação média é um parâmetro de maior valor, critério e precisão no aspecto qualitativo de tais dados¹³.

Em relação à escolha do portal de notícias *G1*, a motivação deu-se pelo fato de que este é mantido pela Globo.com, o 6º site mais acessado no Brasil, de acordo com levantamento¹⁴ realizado pela empresa norte-americana *Alexa*¹⁵, em 2014, especializada em pesquisa de internet. Além disso, é importante ressaltar que a internet é o meio de comunicação que mais cresce no Brasil, segundo a “Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira”, publicada recentemente pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da

¹¹Site oficial: <<http://ivcbrasil.org.br/>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

¹²Informação disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

¹³Informação disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Verificador_de_Circula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 9 dez. 2014.

¹⁴Informação disponível em: <<http://www.pontodefusao.com/internet/ranking-dos-sites-mais-acessados-no-brasil-e-no-mundo-segundo-a-alexa/>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

¹⁵Site oficial: <<http://www.alexa.com/>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

República (Secom/PR)¹⁶. Essa mesma pesquisa aponta, ainda, a tendência de “morte” acelerada dos jornais impressos, isto é, a população brasileira tem preferido buscar informação nas versões *online* dos periódicos de maior circulação no país e nos portais eletrônicos de notícias.

Devido à necessidade de limitar o objeto de estudo por questões de tempo, optou-se por buscar somente notícias referentes ao ano de 2014 e ao mês de janeiro de 2015, considerando, também, a relevância de se trabalhar com materiais mais recentes.

As pesquisas nas bases de dados dos veículos em questão foram norteadas pelo termo “deficiência”, descartando-se, claro, os resultados que não diziam respeito à temática específica trabalhada aqui. Infelizmente, é muito comum o termo “deficiência” ainda ser utilizado com sentido pejorativo, apontando algum “defeito”; por exemplo, para se referir a problemas de ordem política, econômica, social de um país.

Na versão *online* da *Folha de S. Paulo*, considerando o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, foram encontrados 498 resultados relativos ao termo “deficiência”. A triagem foi feita, como já dito anteriormente, descartando-se os resultados “genéricos” para o termo, optando-se pelas notícias mais recentes e, de preferência, que fossem ilustradas por fotos, imagens, figuras, vídeos etc. Com base nesses parâmetros, e tendo em vista os objetivos propostos e a leitura intencionada por esta pesquisa, chegou-se às notícias intituladas “Terapia com répteis e moluscos ajuda crianças a lidar com diversidade e ganhar confiança”, publicada no dia 26 de

¹⁶Informação disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/132453/lbope-internet-dis-para-jornais-impressos-afundam.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

agosto de 2014¹⁷, e “Aos 14, garoto com 50% da audição tira nota mil na redação do Enem”, publicada no dia 18 de janeiro de 2015¹⁸.

Na busca feita no portal de notícias *G1*, utilizou-se os mesmos parâmetros especificados no parágrafo anterior. No entanto, a plataforma de busca *online* desse veículo não nos dá a opção de selecionar períodos específicos (e nem nos dá o quantitativo do resultado encontrado), o que dificultou um pouco mais o processo de triagem e de leitura das notícias apresentadas como resultados ao termo “deficiência”. Após exaustiva leitura de algumas notícias apresentadas como resultados ao termo “deficiência”, optou-se pelo material intitulado “Eleitores portadores de necessidades especiais têm seções adaptadas”, publicado em 18 de agosto de 2014¹⁹.

Como é possível perceber, ao total, foram selecionadas três notícias, oriundas de diferentes veículos de comunicação. O quantitativo de notícias escolhidas não foi motivado por um critério específico, sendo justificado, apenas, pela natureza do trabalho aqui proposto, que não pode exceder um determinado número de páginas.

Nesse sentido, antes de iniciar o próximo tópico, é importante ressaltar que os equívocos encontrados nas abordagens relacionadas ao tema “pessoas com deficiência”, pelos veículos em questão, não se limitam a eles. Aqui, estes são apenas uma pequena amostra de um universo muito maior, que pode e deve ser explorado por outras pesquisas, de naturezas diversas.

¹⁷A notícia, na íntegra, pode ser acessada por meio deste *link*: <<http://www1.folha.uol.com.br/equlibrio-saude/2014/08/1505789-terapia-com-repteis-e-moluscos-ajuda-criancas-a-lidar-com-diversidade-e-ganhar-confianca.shtml>>. Último acesso: 9 abr. 2015.

¹⁸A notícia, na íntegra, pode ser acessada por meio deste *link*: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/01/1576792-aos-14-garoto-com-50-da-audicao-tira-nota-mil-na-redacao-do-enem.shtml>>. Último acesso: 9 abr. 2015.

¹⁹A notícia, na íntegra, pode ser acessada por meio deste *link*: <<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/eleicoes/2014/noticia/2014/08/eleitores-portadores-de-necessidades-especiais-tem-secoes-adaptadas.html>>. Último acesso: 9 abr. 2015.

Também, é necessário esclarecer, assim como fazem outros trabalhos que propõem uma leitura crítica da mídia brasileira, que não se trata de apontar vilões ou constranger os(as) jornalistas que assinam as matérias aqui analisadas – e, neste caso específico, tampouco se trata de elevar os revisores de textos ao patamar de “heróis”. Até porque, como diz Souza (2004, p. 12), “acreditar que algum veículo de comunicação é um vilão, pronto a nos ‘devorar’, é não compreender que o conteúdo daqueles *media* surgem de nossas próprias realidade e imaginação”. Assim, a intenção desta pesquisa é apenas a de detectar problemas (e não de esgotar o assunto) e, com base nisso, sugerir melhorias aos textos aqui analisados, tomando o revisor como figura “representante” dessa leitura sintomática e revisitada.

2.2 Análise das notícias: o que um texto diz sem talvez querer dizer

Neste tópico, procederemos à análise crítica propriamente dita das notícias selecionadas, tendo como base os pressupostos teóricos especificados no capítulo 1, especialmente, no que diz respeito à Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough e ao papel do revisor de textos.

A análise seguirá a ordem cronológica inversa de publicação das notícias, isto é, da mais recente para a mais antiga. Diante disso, então, começaremos pela notícia intitulada “Aos 14, garoto com 50% da audição tira nota mil no Enem”.

Dado 1: “Aos 14, garoto com 50% da audição tira nota mil no Enem”



Fonte: Folha de S. Paulo *online* (18/01/2015).

A notícia em questão já é introduzida por um equívoco, tendo em vista a “gradação” numérica que o título da matéria sutilmente propõe: um menino jovem, de apenas 14 anos, que tem 50% da audição, mas que consegue tirar nota mil na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Logo após, a questão do implícito continua, quando o autor da notícia coloca a deficiência como um fator limitante central, juntamente ao lado da pobreza e ao fato de o menino não cursar ainda o ensino médio. Ainda, o termo “mesmo assim” negativiza a deficiência (e também a pobreza), gerando uma lógica cruel determinista: ter deficiência e habitar uma região pobre são necessariamente elementos que empurram um sujeito ao “fracasso”, sendo possível superar isso apenas por meio de uma via individual e de viés meritocrático, ignorando, assim, a amplitude da questão e suas relações com arranjos sociais muito mais complexos.

No afã de não discriminar, o jornalista segue por uma via ainda mais perigosa, isto é, a de superestimar as pessoas com deficiência. Segundo o “Manual da mídia legal 2: Comunicadores pela Educação” (2004, p. 16), é muito comum encontrar este tipo de equívoco na mídia brasileira, manifestado “através de adjetivos generalizantes”, perdendo de vista que as pessoas com deficiência são, antes de tudo,

peessoas. No recorte a seguir, prestemos atenção aos escritos exagerados do jornalista (por exemplo, “redação perfeita”) e às aspas selecionadas para ilustrar a fala do personagem, que denotam a ideia estigmatizante de que só o deficiente “herói” é capaz de superar brilhantemente suas limitações e ser bem-sucedido:

Dado 2: Recorte “redação perfeita” e aspas selecionadas

Aos três anos de idade, perdeu parte da audição após uma febre alta repentina. Atualmente, sua perda auditiva é de 50% em cada ouvido. Usa aparelho, mas tem dificuldade de falar ao telefone e precisa prestar atenção extra para entender o conteúdo passado por professores.

No ano passado, fez o Enem para testar seu desempenho. Além da redação perfeita, tirou notas acima da média em todas as áreas.

"Sempre fui estudioso e com frequência estou com um livro na mão ou lendo uma reportagem. Vou além do que a escola me dá", diz.

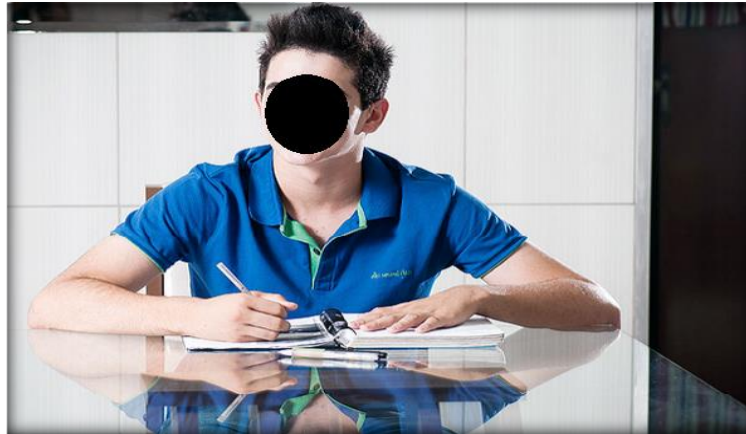
Uma das suas obras preferidas é o best-seller "A Cabana", de William P. Young, e um de seus autores nacionais preferidos é Machado de Assis. Gosta de filmes de ação e sobre história.

O estilo nerd, porém, não cola totalmente em [REDACTED], que se diz "muito vaidoso" e trabalha o cabelo minuciosamente com gel, ao estilo de seu ídolo, o jogador Cristiano Ronaldo, do Real Madrid. "Faz sucesso com a mulherada."

Fonte: Folha de S. Paulo *online* (18/01/2015).

Por fim, a foto escolhida para ilustrar a matéria pouco diz sobre o fato de o menino “ter” uma deficiência ou não, reforçando a ideia defendida aqui de que este aspecto poderia ser um dado secundário da notícia, e não o principal:

Dado 3: Foto do personagem da matéria



Fonte: Folha de S. Paulo *online* (18/01/2015).

Diante do exposto, o jornalista, neste caso, poderia ter dado ênfase, por exemplo, ao fato de o menino estudar em uma escola estadual com nota 4,4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), abaixo da média do Estado de Minas Gerais, que é de 4,7, ou, ainda, ao fato de o estudante gostar muito de ler²⁰, característica rara de ser encontrada entre os adolescentes da atualidade e que, como se sabe, ajuda na construção de boas redações. No entanto, o jornalista decidiu evocar um pensamento antigo, qual seja, “de que a deficiência é algo a ser superado como pressuposto de sucesso profissional e felicidade” (MANUAL DA MÍDIA LEGAL 5, 2008, p. 52).

Finalmente, para concluir esta primeira análise, o que não significa o esgotamento da discussão, e voltando aos pressupostos da teoria da ACD de Fairclough, é possível perceber que a notícia da *Folha de S. Paulo* é construída,

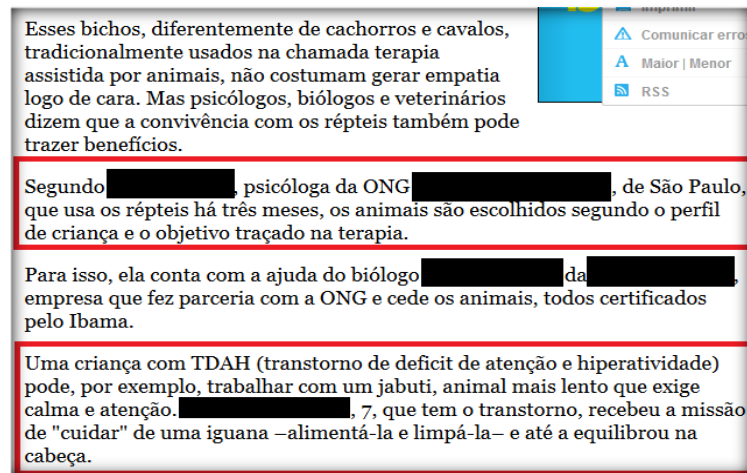
²⁰Curiosamente, o mesmo veículo, isto é, a *Folha de S. Paulo*, mais ou menos no mesmo período, destacou este aspecto em uma outra notícia sobre o mesmíssimo assunto, ou seja, alunos que tiraram nota máxima na redação do Enem. Como não se tratavam de estudantes com deficiência, a abordagem é outra, reforçando a ideia de que, para a mídia brasileira, realmente, a deficiência é um fator limitador central e/ou que diferencia radicalmente as pessoas: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/01/1575302-paixao-por-sagas-literarias-une-alunos-nota-mil-na-redacao-do-enem.shtml>>. Último acesso: 11 abr. 2015.

basicamente, a partir do que não é explicitamente dito, mas que é sugerido a partir do dito. Nela, a construção do sentido está para além do que se encontra explícito no texto, apontando, para nós, a necessidade de olharmos para o discurso como modo de prática política e ideológica, se quisermos tentar enxergar o que está implícito e reconhecer a possibilidade de des/re/construção que tal espaço proporciona. Aqui, a prática de revisão de textos se daria quase que em um sentido *gramsciano*, em que os significados sociais e estigmas sobre a pessoa com deficiência, reverberados pela matéria, poderiam ser subvertidos e repensados. Em última instância, neste caso, a ideia tradicional que se tem do revisor de textos, isto é, de que este é um mero inspetor do uso padrão da língua e da dita “norma culta”, não serviria para quase nada...

À continuação, temos a análise da notícia intitulada “Terapia com répteis e moluscos ajuda crianças a lidar com diversidade e ganhar confiança.

À primeira vista, a notícia em questão até gera simpatia. No entanto, à medida que a leitura vai se desenvolvendo, percebemos que a matéria deixa transparecer um grave preconceito, ainda que de maneira “subliminar”. Ao longo de todo o seu texto, o jornalista associa, de maneira infeliz, gradativa e indireta (ou seria direta?), o exotismo dos animais à ideia exótica que se tem da pessoa com deficiência e, neste caso específico, da pessoa com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH):

Dado 4: “Terapia com répteis e moluscos ajuda crianças a lidar com diversidade e ganhar confiança”



Fonte: Folha de S. Paulo *online* (26/08/2014).

Ora, ao dizer que uma criança com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade pode trabalhar com um jabuti, por ser um “animal mais lento que exige calma e atenção”, o jornalista evoca, às avessas, um estereótipo que se tem sobre as pessoas com TDAH, isto é, de que todas elas são necessariamente inquietas, nervosas e desatenciosas – em outras palavras, pessoas “indomáveis”, animalizando, desta forma, o transtorno. Ainda, tal lógica subentendida do trecho em questão nos leva a realizar uma dualidade “inconsciente” entre o comportamento de uma criança com TDAH e o de um animal lento, neste caso, um jabuti.

Também, nessa notícia, é problemático o uso do termo “em tratamento”, pois denota a ideia de que as crianças com deficiência e diferentes transtornos, personagens que ilustram a matéria, estão doentes – o que, obviamente, não é o caso, pois deficiência e transtorno não são doenças, logo, não devem ser relacionados a tratamentos e/ou terapias que visam a uma suposta “cura”:

Dado 5: “Crianças em tratamento”

No começo, ela ficou um pouco receosa, algo relativamente comum entre as crianças. Mas logo sentiu curiosidade para se aproximar do animal e tocá-lo.

O medo, na verdade, é sentido mais pelos pais do que pelas crianças em tratamento –e eles precisam ser informados da terapia e autorizar o contato com os animais.

Fonte: Folha de S. Paulo *online* (26/08/2014).

Aqui, cabe a pergunta inevitável: será que se os personagens fossem crianças “sem deficiência ou transtornos” a matéria daria o mesmo tom “medicamentoso” à terapia com os tais animais exóticos? Acreditamos que não, no sentido de que a terapia com os animais exóticos, caso os personagens fossem crianças “sem deficiência ou transtornos”, seria abordada, nessa matéria, como objeto estritamente recreativo e de entretenimento.

Por fim, a notícia em análise trata de um tema sem tanta relevância, mas que acaba virando pauta por causa da associação com a deficiência, que torna o assunto exótico, cometendo o erro de apelar para esta condição como meio de chamar a atenção do leitor. De acordo com o “Manual da mídia legal 2: Comunicadores pela Educação”, de 2004, este tipo de equívoco também é muito comum de ser verificado no jornalismo: “O assunto deficiência costuma gerar um tipo de emoção que nos impede de manter a lucidez defendida no exercício diário da profissão. Toda notícia sobre deficiência parece ser uma superpauta, o que nem sempre é verdade” (p. 15). Ainda, de acordo com o manual, “ao receber um *re/lease*, é importante que o jornalista evite se influenciar pelo que parece inusitado ou ótimo, porque a pauta pode ser antiga e equivocada” (MANUAL DA MÍDIA LEGAL 2, 2004, p. 15). Neste caso, não podemos nem sugerir qual seria o tipo de intervenção do revisor de textos nessa matéria, pois esta não teria mesmo nem razões para existir.

Continuando, procederemos agora à análise da matéria intitulada “Eleitores portadores de necessidades especiais têm seções adaptadas”.

Já de início, no título, a notícia emprega um termo inadequado para se referir às pessoas com deficiência, repetindo-o no “sutiã” da matéria.

Dado 6: “Eleitores portadores de necessidades especiais têm seções adaptadas”



Fonte: Portal de notícias G1 (18/08/2014).

De acordo com diversos materiais que tratam da terminologia adequada para se referir às pessoas com deficiência, o termo “portadores de necessidades especiais” está em desuso, assim como “pessoa portadora de deficiência”, tendo em vista que a pessoa não porta a deficiência, como portaria, por exemplo, um chapéu, ou um celular. A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa, e não há motivos para a utilização de eufemismos: “Tanto o verbo ‘portar’ como o substantivo, ou adjetivo, ‘portadora’ não se aplica a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. Ou seja, a pessoa só porta algo que ela pode deixar de portar”²¹.

²¹Informação disponível em: <<http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/copede/terminologia.php>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

Um desses materiais é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, de 2006, conforme já citada na introdução deste trabalho, ratificada pelo Brasil, em 2008, com valor de emenda constitucional. Em seu artigo 1º, ela afirma que é objetivo desse documento “promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência²² e promover o respeito pela sua inerente dignidade” (CORDE, 2008, p. 27), solidificando, desta forma, a ideia de que o tratamento das questões relativas às pessoas com deficiência deve ter como foco a pessoa, e não a deficiência.

No decorrer da história, até chegarmos à atualidade, muitos termos já foram empregados para se referir às pessoas com deficiência. No início do século XX, por exemplo, a expressão utilizada era “inválidos”, que denotava a ideia de que as pessoas com deficiência eram indivíduos sem valor. Mais tarde, entre 1960 e 1980, começou-se a utilizar termos como “os deficientes” e “os excepcionais”, que focavam somente as deficiências e reforçavam a ideia de que estas vinham antes das pessoas.

De acordo com Romeu Sassaki (2003), é necessário deixar claro que jamais houve ou haverá apenas um termo correto, mas, sim, o mais adequado, tendo em vista que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade. Hoje em dia, considera-se o termo “pessoas com deficiência” o mais adequado, por este combater, por exemplo, eufemismos, e não esconder ou camuflar a deficiência.

Os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, estão debatendo o nome pelo qual elas desejam ser chamadas. Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de “pessoas


²² Grifo nosso.

com deficiência” em todos os idiomas. E esse termo faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU (SASSAKI, 2003).

Sassaki (2003) reforça, ainda, que se referir às pessoas com deficiência utilizando o termo mais adequado e consolidado pelos movimentos sociais não é uma mera questão semântica ou sem importância quando há a intenção de se falar ou escrever construtivamente, em uma perspectiva inclusiva: “A terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências” (SASSAKI, 2003). Nesse sentido, tendo em vista a notícia publicada pelo portal G1, por mais que esteja visível a boa intenção de divulgar uma questão importante relativa à inclusão de pessoas com deficiência, o uso da terminologia inadequada coloca tudo a perder.

Ainda em relação à notícia do portal G1, podemos notar, com base no trecho a seguir, que os equívocos encontrados na abordagem do tema “pessoa com deficiência” não estão restritos a um nível microtextual:

Dado 7: Recorte “equívocos na abordagem do tema ‘pessoa com deficiência’”



De dois em dois anos, o músico [REDACTED] tem um compromisso obrigatório. O voto para ele é sagrado, mesmo depois de ficar cego por causa de um glaucoma. A deficiência visual não o impediu de votar aos 18 anos. “Acredito no que as pessoas oferecem para a população, então a gente acredita nisso e aí a gente vai lá dar o voto de confiança”, diz.

No entanto, [REDACTED] conta que no início a distância até o local de votação e a falta de acessibilidade nas seções dificultavam muito o seu direito de cidadão. “Eu tinha que sair daqui, subir uma rua, atravessar a avenida e pegar um ônibus e até o centro do Distrito de Palmeiras [em Suzano]. Lá eu atravessava uma outra avenida também para pegar o ônibus voltando”, se lembra.

Fonte: Portal de notícias G1 (18/18/2014).

Ao afirmar que o voto para o personagem da matéria é “sagrado, mesmo depois de ficar cego por causa de um glaucoma”, o jornalista deixa transparecer um grave estigma sobre as pessoas com deficiência adquirida na fase adulta. Pela lógica subentendida no trecho em questão, a deficiência visual adquirida aos 18 anos tornou o personagem da matéria incapaz e limitado, no entanto, ainda assim, ele “corre atrás” para exercer o direito ao voto, diga-se de passagem, universal a todas as pessoas, independentemente de religião, cor, classe etc. Nesse sentido, assim como já vimos na primeira análise deste tópico, novamente nos deparamos com um jornalista que recorre à ideia do “deficiente herói”, que tudo pode e supera, neste caso específico, “mesmo depois de ficar cego por causa de um glaucoma”.

Em última instância, a matéria do portal de notícias G1, apesar de trazer um assunto de extrema relevância para se pensar a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência nos espaços urbanos, perde um pouco o rumo ao empregar terminologias inadequadas (mais de uma vez ao longo do texto!) e reforçar estigmas nas narrativas e nas entrelinhas do que é informado ao leitor. Neste caso, a intervenção do revisor de textos, por meio de uma leitura sintomática e preocupada com questões para além das gramaticais, seria essencial, pois poderia devolver ao texto a sua relevância e recontextualizar a abordagem inclusiva proposta pelo jornalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal desta pesquisa foi o de realizar uma análise do tratamento dado às pessoas com deficiência em notícias veiculadas pela mídia brasileira. A reflexão principal foi sobre a importância de o revisor de textos ter uma visão de mundo crítica e apurada, para além do conhecimento sobre as correções gramaticais e a norma padrão da língua portuguesa.

É importante ressaltar que a análise das notícias que compõem o *corpus* desta pesquisa não se encerra aqui. Novas leituras das matérias escolhidas ainda são possíveis, pois enxergar criticamente os meandros de um discurso requer a construção contínua, e que perdura por toda a vida, de um olhar crítico, atento e sintomático para as práticas sociais carregadas de ideologia, pois isso tem a ver com a experiência de mundo. É preciso muito mais para aprendermos a praticar algo que raramente nos ensinaram ao longo da vida: não discriminar as pessoas. Nesse sentido, é muito bem-vindo, neste momento, um trecho da obra “Um antropólogo em Marte”, do neurologista inglês Oliver Sacks, que a linguista brasileira Ingedore Koch traz como introdução ao capítulo 3 de seu livro “Desvendando os segredos do texto”, de 2002: *O mundo não nos é dado: construímos nosso mundo através da experiência, classificação, memória e reconhecimento incessantes*.

Também, faz-se importante retomar aqui a ideia de Fairclough (2001) sobre discurso como modo de prática política e ideológica, em especial, para os que eventualmente possam considerar chato e “politicamente correto” o objetivo desta pesquisa, ou, ainda, para os que possam pensar que “estamos vendo coisas onde não há nada demais”.

Segundo esse teórico, “a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94-95). Essa ideia nos ajuda a compreender que os estigmas e preconceitos encontrados nas notícias analisadas por esta pesquisa não revelam, necessariamente, uma má intenção dos jornalistas em relação à abordagem equivocada do tema “deficiência”. Em última instância, trata-se mesmo da reprodução de algo inconsciente, relacionado ao senso comum e à ideologia social dominante sobre a condição das pessoas com deficiência. Isso significa dizer que os problemas de abordagem que as notícias em questão trazem é apenas a materialização, em forma de discurso, de relações histórica e socialmente assimétricas, em que as pessoas com deficiência são vistas e tratadas como seres “inferiores”. Nesse universo, somos receptor e, ao mesmo tempo, emissor. Por isso, dói tanto, conforme dizem por aí, “colocar a mão na consciência”!

Diante disso, podemos concluir que “torna-se importante lembrarmos que há sempre uma determinação histórica que relaciona o mundo da linguagem e que é por meio dessa perspectiva que podemos observar a influência das coerções sociais na construção do sentido” (SGARBIERI, 2005, p. 148). Tal entendimento é fundamental não somente para o revisor de textos, mas também para a sociedade como um todo, já que a compreensão do poder constitutivo e ideológico de qualquer discurso, conforme preconiza a ACD de Fairclough, é pressuposto básico para a emancipação libertária do indivíduo. No caso específico do tema desta pesquisa, ler “sintomaticamente” significa conscientizar-se acerca da importância de se respeitar a diversidade humana e contribuir para que estigmas e preconceitos relacionados às pessoas com deficiência não sejam mais difundidos e perpetuados.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ACTIONABLE ANALYTICS FOR THE WEB (ALEXA). Disponível em: <<http://www.alexa.com>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

ATHAYDE, Públio. *Revisão de textos: teoria e prática*. Belo Horizonte: Keimelion, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARONI, Daniela et al. *O Gênero textual Notícia: do jornal impresso ao on-line*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/o-genero-textual-noticia-do-jornal-impresso-ao-on-line>>. Último acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Último acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL 247. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CEAD-UNB). Disponível em: <<http://www.cead.unb.br/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

CORDE. *A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Mara de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Coordenadora Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

ESCOLA DE GENTE. *Manual da mídia legal 2: Comunicadores pela Educação*. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2004.

_____. *Manual da mídia legal 5: Comunicadores(as) pela Não-discriminação*. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2008. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/_recursos/_documentos/mml5/MML5_miolo_onlin e.pdf>. Último acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 6. ed. rev. atu. 11ª Impressão. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. Apresentação. In: _____ (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2005. p. 9-14.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO (IVC). Disponível em: <<http://ivcbrasil.org.br/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Editora Parábola Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Revisão de textos: da prática à teoria*. Natal: Edufrn, 2010.

PONTO DE FUSÃO. Disponível em: <<http://www.pontodefusao.com/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES. Disponível em: <<http://www.mogidascruzes.sp.gov.br>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (PFDC). Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.

ROCHA, Harrison da. *Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade*. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SAKER, Fernando Augusto Simões. *Jornalismo e pessoas com deficiência: Construção de conceitos e superação de estigmas por meio da comunicação*. 2010. 209 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SASSAKI, Romeu. *Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003.

SGARBIERI, Astrid Nilson. Mídia, ideologia e preconceito: análise do discurso crítica. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005. p. 147-157.

SOUZA, Ricardo. *Apresentação*. In: ESCOLA DE GENTE. *Manual da mídia legal 2: Comunicadores pela Educação*. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2004. p. 12-13.

WIKIPÉDIA BRASIL. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Último acesso em: 18 ago. 2015.